

# O Ponto Final

notas do reino sobre o discipulado de nações



Este artigo faz parte de uma série mais ampla DOZE PRINCÍPIOS MESTRES.

## Princípio 10: Justiça-Igualdade

Por Dennis Peacocke

O clamor da humanidade por justiça e igualdade tem sido histórico em praticamente todos os grupos de pessoas. O estabelecimento de costumes e leis sociais em todos os lugares atesta essa realidade. Os desafios associados ao que quer que “justiça” e “igualdade” signifiquem, quando levados à realidade das leis e políticas, caem diretamente sobre o domínio da teoria econômica e da política. Em certo sentido, a economia trata principalmente de definir o que é “justo” e “igual” em termos de alocação de recursos. A matemática da economia simplesmente nos ajuda a quantificar nossas conclusões políticas filosóficas.

Vamos, portanto, começar com uma tentativa de entender o que a justiça significou historicamente no mundo ocidental desde o desenvolvimento da antiga sociedade grega. Muitos dicionários descrevem justiça como a administração justa de punições, recompensas e o que é justo de acordo com a lei, ou, alguns podem dizer, o que é devido a elas. Em outras palavras, devemos receber com justiça tudo o que for compatível com nossos investimentos em uma determinada situação, evento ou acordo. Se investimos muito, devemos receber muito, e, se investimos pouco, devemos receber pouco. Obter o que merecemos não significa obter o que todos os outros receberam, a menos que nosso investimento de recursos tenha sido o mesmo. Justiça não tem a ver com retornos iguais; tem a ver com retornos proporcionais. Uma decisão justa é receber aquilo que se encaixa exatamente no que alguém fez ou não fez de acordo com a lei.



### PRINCÍPIO 10: Justiça-Igualdade

Igualdade, por outro lado, é muito diferente de justiça. Igualdade significa que todos recebem a mesma coisa ou têm os mesmos benefícios ou penalidades em relação a um conjunto comum de leis, acordos ou oportunidades. Igual significa igual; não há parcialidade, a menos que a mesma parcialidade se aplique a todos. Se o retorno ou resultado de um investimento é igual, independentemente de entradas desiguais, é igual para todos. Igualdade significa nenhuma discriminação e acesso igual a resultados e oportunidades.

O mundo da política econômica está continuamente tratando da aplicação de princípios e leis econômicas na determinação do que é igual, e a questão da justiça está sempre em discussão. Por exemplo, sempre que intervimos nos resultados econômicos com investimentos ou retiradas, alteramos os resultados de vários grupos de pessoas, beneficiando um grupo específico. Algumas políticas econômicas, por definição, são igualmente aplicadas, e algumas são definidas por justiça em relação a investimentos variados de tempo, diferentes talentos e conjuntos de habilidades, e investimento monetário.

A política tributária, por exemplo, é uma cornucópia de justificativas “justo-igual” (e Deus sabe o quê) destinada a estimular ou reduzir desigualmente a atividade econômica e, conseqüentemente, confundir as pessoas. A filosofia em torno da gradação do imposto de renda resulta em pouca igualdade, se houver, nos diferentes níveis de alíquota; só estabelece patamares para a aplicação de diferimentos e deduções. O desafio geral, é claro, é a dura realidade de que as classes econômicas mais baixas têm muito menos renda discricionária para as necessidades básicas do que os grupos de renda mais alta. Eles nunca podem ser iguais em termos de gastos discricionários, a menos que haja uma receita obrigatória definida, que seria amplamente injusta devido à variedade de ativos, habilidades, treinamento e dons.



O ponto desta discussão mais básica sobre as diferenças entre os conceitos de justiça e igualdade é observar o seguinte:

1. A maioria das pessoas não tem um entendimento sólido desses dois conceitos principais e diferentes.
2. Os políticos demagogos jogam com essa ignorância com divisão e duplicidade.
3. Economistas educados estão cientes das distinções, mas muitas vezes enfrentam tensões contrastantes sobre quais princípios aplicar e quando aplicá-los.

Os princípios de Deus levam em consideração fatores fundamentais à medida que tentamos refinar e trazer eficiência aos nossos processos humanos de tomada de decisão. Para aqueles que entendem o valor dos Doze Princípios Mestres, este é mais um motivo para nos tornarmos fluentes em nossa compreensão deles e como eles podem ser aplicados às políticas propostas. E este é...

## o ponto final!

### **Perguntas para reflexão e discussão:**

1. Por que a igualdade de oportunidades é crítica nas discussões sobre níveis desiguais de riqueza?
2. Onde o “fator Deus” entra nas discussões sobre Seus propósitos, e como eles diferem em termos de indivíduos específicos? (Efésios 2:10)
3. Onde circunstâncias atenuantes entram em jogo no que diz respeito às avaliações de igualdade perante a lei?